Diário de Coimbra
líder de audiências
Jornal de proximidade

FERREIRA SANTOS

Colégio Rainha Santa juntou pais e docentes para discutir o momento delicado que se vive

Ensino privado diz que custo por aluno é superior no público

Contratos Colégio Rainha Santa Isabel e Instituto Educativo de Souselas querem discussão honesta e esclarecedora

Instalado o desassossego nas instituições de ensino com contratos de associação, colégios e institutos do ensino privado e cooperativo procuram que a realidade seja efectivamente conhecida da opinião pública, contrariando argumentos do Ministério da Educação, nomeadamente os financeiros. Anteontem à noite, Colégio da Rainha Santa Isabel (CRSI) e Instituto Educativo de Souselas (IES) reuniram as respectivas comunidades educativas, em assembleias magnas que analisaram a liberdade de escolha que, dizem, o despacho normativo 1H/2016 compromete.

Por convocação da Associação de Pais e da Direcção Pedagógica do CRSI, encarregados de educação, professores, funcionários e alunos ouviram a contextualização dos contratos de associação, que neste colégio surgiram em 1996, a pedido do Governo, para cobertura de duas turmas por ano lectivo, dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico obrigatório.

«O Colégio acedeu ao pedido, o que permitiu que muitas famílias de menores rendimentos tivessem a possibilidade de optar pelo projecto educativo do Colégio, reforçando deste modo os princípios da educação para todos e de liberdade do ensino consagrados na Constituição e na legislação vigente», lê-se numa mensagem colocada na página da internet do CRSI.

Para tanto, o CRSI teve de se redimensionar, «organizou e adequou sempre os seus melhores recursos, humanos e materiais, ao serviço da educação pública». Com o despacho 1H/2016 «está em causa a liberdade de escolha», acentua Júlia Figueiredo, com a professora do CRSI a explicar que na reunião estiveram pais que são professores no ensino público e que escolheram para os filhos um projecto educativo com que se identificam.

Depois, nota a docente, não se tem falado de qualidade na argumentação do Governo. Nos esclarecimentos custo/aluno, da secretária de Estado adjunta e da Educação, apresenta-se uma poupança de 26 mil euros por turma, «o que não é verdade», diz Júlia Figueiredo, ao sublinhar que o custo por turma mediante contrato (80.500 euros) é «inferior ao da escola pública». É necessário promover uma discussão honesta, verdadeira e esclarecedora», defende a docente.

Também o IES quer uma discussão séria sobre o assunto. Manuel Duarte diz que, na reunião, os pais demonstraram que não vão aceitar que lhes digam onde colocar os filhos a estudar. Ao considerar que há uma «intoxicação» da opinião pública, o director do Instituto Educativo de Souselas diz que as contas de gerência demonstram que o custo é superior na escola pública. Manuel Duarte, que fala em «teorias soviéticas» na origem desta problemática, assegura que o IES vai lutar contra a intenção do Governo, inclusive com recurso aos tribunais.